



Existe política além do voto

Movimento Passe Livre de São Paulo, por ocasião das eleições de 2006

O Movimento Passe Livre (MPL) luta, inicialmente, por uma *política pública*: o passe livre universal. Neste sentido, no atual sistema de governo, ainda dependemos de iniciativas parlamentares que defendam esta causa, que proponham um *transporte público de verdade, sem exclusão social*. Por exemplo, entre 1990 e 1992 o engenheiro Lúcio Gregori foi secretário municipal de Transportes em São Paulo (gestão Luiza Erundina, então do PT) e apresentou dois projetos que caminhavam neste sentido:

1. Municipalização

Lei aplicada em 1991, a municipalização dos ônibus de São Paulo corrigiu uma distorção da organização do setor: o transporte que antes era gerido e planejado pelas empresas privadas, sob guarda de uma fraca secretaria de Transportes, agora seria de inteira responsabilidade do poder público. O controle sobre a planilha de custos, itinerários e preços não mais seriam decididos dentro dos gabinetes empresariais, apesar das empresas ainda serem proprietárias dos ônibus. Esta lei foi cortada na prefeitura de Marta Suplicy (PT), mas é importante entendermos que a municipalização preparava terreno para algo muito maior, a Tarifa Zero, o outro projeto proposto por Lúcio Gregori.

2. Tarifa Zero

Lúcio defendia que a prefeitura separasse o *custo dos ônibus* do *preço da tarifa* para poder preparar o *subsídio* chamado Tarifa Zero. Corrupções à parte, a idéia era que a prefeitura contratasse o serviço de algumas empresas de ônibus, por um valor pré-estabelecido em seu orçamento, de modo que a tarifa deixasse de ser o determinante da qualidade e do acesso a este serviço (através da municipalização, vista anteriormente). “Perguntaram se eu estava propondo ônibus de graça para todas as pessoas. Não era ônibus de graça, esse ônibus teria um custo. Mas era um ônibus com tarifa zero”, conta Lúcio. Para pagar os custos (em outras palavras, subsidiar) a Tarifa Zero, Lúcio desenvolveu uma proposta de *reforma na cobrança dos impostos*, na qual haveria um aumento na taxa de IPTU de bancos, mansões, terrenos não utilizados, além de uma maior tributação para empresas. Desta forma, além de propor um transporte público de verdade, sem exclusão das pessoas que não têm como pagar por este serviço, a Tarifa Zero significaria uma *redistribuição de renda*. Não seriam mais *os usuários e as usuárias* de ônibus a pagar por este serviço, mas *aqueles que se beneficiam dele, os patrões e patroas*.

Trouxemos este breve histórico para mostrar que é possível um governante propor políticas públicas que atendam aos reais interesses da população. Ao mesmo tempo, como ocorreu no caso da Tarifa Zero, estas propostas

difícilmente são aprovadas por nossos vereadores, deputados etc. O próprio PT de 1991 (que em teoria é diferente do PT de hoje) rejeitou e resistiu à Tarifa Zero, com a argumentação de que este projeto acabaria com a “governabilidade”, que quebraria a relação com outros partidos políticos. Integrantes do partido e vereadores da época chegaram a desmobilizar comitês que estavam se formando para lutar pela aplicação do projeto. O atual presidente afirmou, na época e hoje em dia, que “o trabalhador precisa ter emprego para pagar pelo ônibus”, deixando claro que não reconhece o transporte como um *direito*, mas como uma *mercadoria*. Os outros candidatos não pensam de maneira diferente, não há um único programa de governo que fale em *passé livre*, que defenda uma transição do “*transporte público privado*” para o “*transporte público público*”. Aos que acham que não há dinheiro para isso, é só ver a quantidade de dinheiro público roubada para águas espreiadas, mensalões, sanguessugas etc.

Persistentes, nós do Movimento Passe Livre vamos continuar pressionando os governos por um transporte público de verdade, através das nossas manifestações de rua, dos nossos projetos de lei de iniciativa popular, dos nossos jornais, panfletos, cartazes, vídeos e atividades de formação. Mas esta carta objetiva deixar claro que, tão importante quanto lutar por políticas públicas, ou muito mais importante, é as pessoas se auto-organizarem. No lugar destes representantes, que não nos representam, precisamos fazer com as nossas próprias mãos o que achamos que deve ser feito.

A distribuição de terra no Brasil é totalmente desigual? Os trabalhadores rurais sem-terra armam seus acampamentos. Falta moradia? Os movimentos sem-teto ocupam prédios e terrenos abandonados. Há muita coisa sendo jogada fora por falta de consciência ecológica? Os catadores e catadoras recolhem estes materiais (não é lixo, é material reciclável!) e existem cooperativas autônomas que fazem sua reciclagem. Os patrões lucram com o trabalho dos operários? Fábricas são ocupadas. Há monopólio na mídia, distorção na informação? Fazemos nossa própria mídia (aqui um bom exemplo é a ferramenta de publicação aberta do Centro de Mídia Independente, www.midiaindependente.org). Os interesses das gravadoras e das rádios se confundem com os interesses do capital? Fazemos bandas independentes, CDs independentes e rádios livres. Não temos instrumentos musicais? O pessoal do hip hop faz música com a própria voz.

Queremos ter acesso ao transporte coletivo e, através dele, ter acesso à educação, à saúde, ao trabalho, à cultura, ao lazer? Queremos direcionar nossos salários (quando há salários), que hoje têm como terceiro maior gasto o transporte, para outras necessidades, como moradia, alimentação, roupas? Queremos ir das periferias aos centros e dos centros às periferias? Vamos lutar! Uma primeira sugestão é cada pessoa interessada organizar conversas na sua comunidade, sobre a noção de um serviço público, sobre nossos direitos, o *passé livre*, a importância do transporte coletivo nas nossas vidas, sobre a própria organização da cidade (moradores das periferias sentem de forma mais aguda o que significa um sistema de transporte excludente). Outra sugestão é as pessoas se organizarem *horizontalmente* (sem hierarquia), de modo que todos e todas tenham igual poder de participação e decisão; afinal, se estamos juntos por um objetivo *comum*, não há porque disputar posições, disputar poder. Existe algo mais forte nos aproximando, que é a possibilidade de *sermos responsáveis pelas nossas próprias vidas* e a crença em um *mundo mais justo para todos e todas*.

No Distrito Federal, durante as votações da eleição deste domingo, o MPL-DF colherá assinaturas para o seu projeto de lei do passe livre estudantil. O projeto, que o movimento quer levar à votação e aprovação por *iniciativa popular*, precisa de 17 mil assinaturas (com nome, RG, endereço, título de eleitor) para ser validado na Câmara dos Deputados do Distrito Federal. Mais informações em <http://www.vidasemcatracas.blogspot.com/> e <http://caravanacga.blogspot.com/>

Aproveitamos para convocar as pessoas para o Dia Nacional de Luta pelo Passe Livre, 26 de outubro, com atos agendados em mais de 10 cidades brasileiras, de Rio Branco (Acre) a Porto Alegre (Rio Grande de Sul). Informe-se na página www.mpl.org.br. Em São Paulo escreva para mpl-sp@riseup.net (nossas reuniões são abertas e novas participações são muito bem vindas!)

Por um transporte público de verdade, sem exclusão social,
e por uma prática política cotidiana, para muito além do voto,

MPL São Paulo, 1º de outubro de 2006

sugestões de leitura:

http://pt.wikipedia.org/wiki/Ação_direta

http://pt.wikipedia.org/wiki/Democracia_direta

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Mutirão>

http://pt.wikipedia.org/wiki/Movimento_Passe_Livre